



Estratégia
Concursos

12 DIAS DE SIMULADOS PCDF



Simulado Especial

Simulado PCDF – Direito Constitucional

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PCDF;
- 2 – A prova contém **20 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelo nosso professor Ricardo Vale com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes começarão a responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico às **8h30**;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 19h, o nosso professor Ricardo Vale iniciará a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Ele resolverá todas as questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK –

<http://bit.ly/Simulado-Direito-Constitucional-PCDF-04-02>

- 
- 01 – C E
02 – C E
03 – C E
04 – C E
05 – C E
06 – C E
07 – C E
08 – C E
09 – C E
10 – C E
11 – C E
12 – C E
13 – C E
14 – C E
15 – C E
16 – C E
17 – C E
18 – C E
19 – C E
20 – C E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Julgue as questões 01 a 08, a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, conforme o que estabelece a Constituição Federal e a jurisprudência:

01. A competência do tribunal do júri, fixada pela Constituição Federal, é taxativa, não admitindo ampliação por parte do legislador infraconstitucional.

02. Segundo o STF, o crime de tráfico de drogas, dado o seu caráter permanente, não autoriza o ingresso no domicílio para busca e apreensão, sem mandado judicial, já que, nesse tipo de conduta, as circunstâncias que caracterizam o flagrante não estão visíveis.

03. No caso de tráfico de entorpecentes, somente os brasileiros naturalizados estarão sujeitos à extradição. Já em virtude de crimes políticos, nem mesmo estrangeiros podem ser extraditados.

04. Peças apócrifas, ainda que constituam o próprio corpo de delito do crime, apenas autorizam a adoção de medidas informais por parte do poder público, a fim de apurar a ocorrência de possível ilicitude penal, não podendo ser utilizadas como prova ou como base para a imediata instauração da persecutio criminis.

05. O privilégio de utilização exclusiva das obras artísticas é vitalício apenas para os respectivos autores, mas não para seus herdeiros.

06. O documento constitucional preza pela neutralidade nas questões atinentes à liberdade religiosa, fato que justifica o impedimento à incidência de represálias quando do desatendimento de obrigação legal, contrária às convicções e crenças do indivíduo, ainda que este se recuse a cumprir prestação alternativa fixada em lei.

07. O direito de locomoção é norma de eficácia plena, não podendo o legislador ordinário criar restrições à sua fruição.

08. O mandado de segurança coletivo não se destina à tutela de interesses de indivíduos em particular, mas sim de interesses coletivos ou individuais homogêneos, sendo sempre extraordinária a legitimação ativa.

No que diz respeito aos Direitos Sociais elencados na Constituição da República, julgue as próximas afirmações:

09. Nem todos os direitos sociais demandam prestações positivas por parte do Poder Público, uma vez que estão previstos na Constituição, também, direitos sociais de abstenção, a exemplo dos direitos de greve e de associação sindical.

10. Caberá mandado de injunção em caso de omissão estatal quanto à concretização de direitos sociais previstos na Constituição, desde que a ausência de regulamentação se verifique quanto a dispositivos que exigem a edição de lei em sentido estrito, já que, quanto à exigência ao cumprimento de ações administrativas, o mandado de segurança é a medida adequada a ser utilizada.

11. A proibição constitucional ao exercício de greve, embora se refira, expressamente, aos policiais militares, estende-se aos policiais civis, em razão da essencialidade das atividades desenvolvidas também por estes últimos.

Julgue os próximos itens, que contêm afirmações acerca das regras concernentes ao Direito de Nacionalidade, presentes na CF/88:

12. As hipóteses de perda da nacionalidade brasileira estão taxativamente expressas na Constituição Federal, podendo ser efetivadas mediante sentença judicial transitada em julgado, apenas.

13. Em virtude da possibilidade de equiparação aos brasileiros natos, caso haja reciprocidade por parte de Portugal, os portugueses não poderão optar pelo processo de naturalização destinado aos demais indivíduos originários de países de língua portuguesa.

14. No Supremo Tribunal Federal, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, apenas os cargos de Presidente dos respectivos órgãos são privativos de brasileiros natos, podendo os demais ministros e parlamentares ostentar a condição de brasileiros naturalizados.

No que diz respeito aos Direitos Políticos expressos no texto constitucional, julgue os itens abaixo:

15. São inalistáveis os militares, os analfabetos, os estrangeiros e os menores de dezesseis anos.

16. O cônjuge e os filhos de Deputado Federal não poderão, em virtude da inelegibilidade reflexa, se candidatar ao cargo de Governador.

Julgue a próxima assertiva, a respeito das regras direcionadas aos Partidos Políticos, à luz do entendimento jurisprudencial sobre o tema:

17. O cargo obtido nas eleições proporcionais pertence ao partido, e não ao candidato eleito. Este, por sua vez, embora possua liberdade para manter-se ou não filiado, perderá automaticamente o cargo em caso de desfiliação imotivada.

Julgue as assertivas abaixo, sobre as disposições constitucionais atinentes à Segurança Pública, considerando também os pronunciamentos jurisprudenciais a respeito:

18. A polícia de segurança pode ser dividida em polícia administrativa, que corresponde ao poder de polícia do Estado, cuja função é eminentemente preventiva, e polícia judiciária, responsável pela atuação repressiva, apurando infrações e promovendo a ação penal.

19. A polícia militar, embora destine-se apenas ao policiamento ostensivo, poderá realizar busca e apreensão judicial, assim como a prisão em flagrante.

20. A polícia penal distrital, juntamente com a polícia militar e o corpo de bombeiros militar, subordina-se ao Governador do Distrito Federal e integra as forças auxiliares e reserva do Exército.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Direito-Constitucional-PCDF-04-02>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

Estratégia
Concursos



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE